



GÊNERO

# MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO: GÊNERO E DIFERENÇAS DE RENDIMENTO, 1992-2002

**Eugênia Troncoso Leone**  
**Paulo Baltar<sup>1</sup>**

Resumo: *Este artigo analisa, a partir de uma ótica de gênero, a diversidade de rendimentos do trabalho, examinando a contribuição das diferenças de escolaridade, sexo e posição na ocupação. Previamente, descreve as principais manifestações da consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho e faz algumas considerações sobre o comportamento da atividade econômica e do salário mínimo na década de 1990. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD), de 1992 e 2002, o estudo focaliza o conjunto das dez principais regiões metropolitanas do país. Constata-se que as diferenças de rendimento por sexo, embora continuem bastante grandes, diminuíram de importância, como um dos aspectos da enorme diferenciação geral dos rendimentos do trabalho no Brasil. A relativa estruturação e elevação dos rendimentos nos empregos pior remunerados, na década de 1990, pouco modificaram essa enorme diferenciação geral de rendimentos do trabalho por causa da continuação do baixo valor do salário mínimo, da eliminação de empregos em grandes empresas que permitiam remunerações relativamente elevadas para homens com baixo grau de escolaridade e do aumento da distância entre os rendimentos das ocupações que exigem nível superior de escolaridade e os rendimentos das demais ocupações. Os rendimentos do trabalho das mulheres foram menos prejudicados pela eliminação dos empregos nas grandes empresas e mais favorecidos tanto pela relativa estruturação dos empregos pior remunerados quanto pelo aumento relativo das*

---

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006 37



## GÊNERO

*remunerações das ocupações que exigem nível superior de escolaridade.*

Palavras-chave: *gênero; ocupação; renda; escolaridade; metrópoles.*

### Introdução<sup>2</sup>

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das diferenças de rendimento do trabalho entre homens e mulheres, no contexto da consolidação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.

As diferenças de rendimento entre homens e mulheres são um dos aspectos da enorme heterogeneidade de rendimentos que afeta a totalidade da população ocupada. As mulheres vêm apresentando uma desvantagem sistemática, com relação aos homens, no mercado de trabalho, o que se manifesta em rendimentos inferiores, concentração em ocupações mais desvalorizadas econômica e socialmente, maiores taxas de desemprego, menor formalização do emprego, direitos previdenciários escassos e outros empecilhos não tão “visíveis” como maior dificuldade de ascensão a cargos de chefia e maiores exigências de escolaridade em ocupações consideradas de melhor qualidade, mais acessíveis a mulheres (MELO, 2005).

Essas manifestações da desvantagem da inserção feminina na atividade econômica persistem, apesar do avançado processo de consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho. Essa consolidação se evidencia no caráter cada vez mais permanente desta participação e na regularidade da parcela do rendimento da mulher na renda familiar. De fato, o rendimento do trabalho de mulheres cônjuges tem possibilitado menor deterioração dos rendimentos familiares (MONTALI, 2000 e 2004). A maior participação do trabalho da mulher na renda familiar expressa, de um lado, uma aproximação do rendimento do trabalho da mulher em relação ao do homem, e de outro, uma ampliação do número de famílias que passou a depender do trabalho remunerado da mulher (HOFFMANN e LEONE, 2004; LEONE, 2003 e 2004).

Mas essa consolidação da participação feminina na atividade econômica tem sido dificultada pelo contexto da economia do país o que repercutiu desfavoravelmente no mercado de trabalho, provocando desemprego e mudanças importantes na composição das ocupações por setor de atividade e posição na ocupação. Assim, a expansão da participação feminina vem acontecendo em paralelo a uma diminuição do peso do emprego assalariado em estabelecimentos e ampliação do trabalho por conta própria e do serviço doméstico remunerado. Na composição setorial das ocupações, as mudanças foram no sentido de redução de oportunidades na produção de bens e de aumento nos serviços auxiliares da atividade econômica, atividades sociais e atividades associadas a lazer e, principalmente, os serviços que atendem às pessoas e às famílias (BALTAR, 2003).

---

**38** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006*



## GÊNERO

Nesse quadro, as mulheres vêm se ocupando predominantemente no comércio e na prestação de serviços. Na prestação de serviços, destaca-se o significativo aumento do emprego doméstico remunerado, revelando a persistência de nichos ocupacionais femininos, assim como as atividades sociais do magistério no ensino fundamental, enfermagem e assistência social (BRUSCHINI, 2000; MELO, 2005).

Dessa forma, essas mudanças que expressam a consolidação da participação feminina em um mercado de trabalho com fraco desempenho têm obstaculizado a participação mais plena da mulher na atividade econômica. Elas continuam concentradas em ocupações menos organizadas e formalizadas, mais expostas ao desemprego e pior remuneradas. Assim, o interesse deste trabalho é fazer uma análise das diferenças de rendimentos entre homens e mulheres num contexto que combina a precarização do mercado de trabalho e a consolidação da mulher na atividade econômica.

A enorme heterogeneidade de rendimentos entre os trabalhadores está associada não somente às características individuais do trabalhador como sexo, idade e nível de escolaridade, mas também a aspectos de conformação do mercado de trabalho como posição na ocupação, setor de atividade, tamanho do estabelecimento, tipo de ocupação e localização geográfica. Neste estudo, a análise dos diversos rendimentos baseia-se principalmente nas diferenças de escolaridade e de posição na ocupação dos trabalhadores.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente aos anos de 1992 e 2002, o estudo focaliza o conjunto das dez principais regiões metropolitanas do país: Fortaleza, Recife e Salvador (no Nordeste), Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo (no Sudeste), Curitiba e Porto Alegre (no Sul), Distrito Federal (no Centro-Oeste) e Belém (no Norte).

O trabalho descreve inicialmente as principais manifestações da consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho. Em seguida, faz algumas considerações relativas ao comportamento da atividade econômica e do salário mínimo, no período de 1992 a 2002. Estas considerações são necessárias para situar o ano de 1992, base de comparação dos rendimentos verificados em 2002, fundamental para uma interpretação adequada dos resultados da comparação. Nos itens seguintes, realiza-se uma análise global dos rendimentos do trabalho e uma comparação dos rendimentos segundo o sexo. Finalmente, apresenta-se um resumo das principais conclusões.

### **Consolidação da participação feminina**

A mulher continua consolidando sua participação no mercado de trabalho brasileiro, e as principais manifestações dessa consolidação se revelam no constante aumento das taxas de atividade feminina, em todas as idades, sobretudo nas mais

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006 39*

## GÊNERO

adultas; no maior peso da mulher na força de trabalho; na elevação da proporção de domicílios com mulher na atividade econômica e no caráter cada vez mais permanente e regular da parcela do rendimento da mulher na renda domiciliar.

A ampliação da participação feminina na atividade econômica vem reduzindo as diferenças de taxas de participação por sexo. Entre 1992 e 2002, para o conjunto das regiões metropolitanas, a diferença de taxas globais de atividade entre homens e mulheres reduziu-se de 28,1 para 20,5 pontos percentuais.<sup>3</sup> Os ganhos mais significativos de participação verificados na década de 1990, entre as mulheres acima de 25 anos, conjuntamente com a redução de participação dos ocupados com menos de 15 anos, principalmente do sexo masculino, contribuíram para que a População Economicamente Ativa (PEA) ficasse mais feminina e, também, mais adulta. O aumento expressivo de participação das mulheres adultas reflete nova e importante tendência da cômputo com filhos no mercado de trabalho.

O crescimento da participação feminina na atividade econômica levou a um aumento do peso da mulher na força de trabalho. A Tabela 1 mostra que as mulheres representavam, em 2002, 44,5% da força de trabalho das metrópoles, 43,0% dos ocupados e 54,0% dos desempregados. A alta representatividade das mulheres entre os desempregados revela a insuficiente geração de postos de trabalho pela atividade econômica para a absorção da totalidade do crescimento da PEA feminina, bem como o menor retorno à inatividade pelas mulheres diante da dificuldade de obtenção de um trabalho remunerado (SEADE, 2001).

**Tabela 1**  
**Proporção de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA)**

	1992	2002
Ocupados	39,3	43,0
Desempregados	48,2	54,0
PEA	40,2	44,5

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Dados relativos ao período de 1981–2002, para o conjunto do país, apontam para o caráter cada vez mais permanente e regular da parcela do rendimento da mulher na renda domiciliar. Em 1981, a proporção da renda domiciliar proveniente do trabalho da mulher era de 15,7% e ampliou-se para 23,8%, em 2002. De um lado, aumentou a proporção de domicílios com mulheres na atividade econômica, que passou de 35,0 para 46,9% no período (aumento de 11,9 pontos percentuais). De outro, a relação entre os rendimentos de mulheres e homens passou de 0,557 para 0,706, o que significa que, em 2002, as mulheres recebiam em média 70,6% dos rendimentos masculinos, contra 55,7%, 21 anos antes (HOFFMANN e LEONE, 2004). Complementando as informações anteriores, Hoffmann e Leone verificaram, também para o ano de 2002, que, entre os estratos de renda domiciliar per

**40** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006*



## GÊNERO

*capita* não muito baixos, nem muito altos, se observam as maiores proporções de domicílios com mulher na atividade econômica. Além disso, nos estratos inferiores, os rendimentos das mulheres correspondem a uma parcela maior dos rendimentos dos homens, por causa das baixas remunerações masculinas. As maiores diferenças de rendimentos do trabalho verificam-se nos estratos superiores de renda domiciliar, reflexo da elevada renda dos homens desses domicílios (HOFFMANN e LEONE, op. cit.).

Ainda que a consolidação da mulher no mercado de trabalho venha ocorrendo de forma inequívoca, ela tem sido acompanhada por um forte incremento do desemprego feminino (LAVINAS, 2000), como consequência da insuficiente geração de postos de trabalho pela atividade econômica, que cresceu a um ritmo bem menor que o observado para a PEA feminina.

### **Atividade econômica e salário mínimo no período 1992 – 2002**

Com base nos dados da PNAD, este estudo focaliza os anos de 1992 e 2002. Como em 1992 aconteceram mudanças metodológicas na PNAD, fica muito difícil fazer um estudo comparativo com qualquer ano anterior a 1992. No ano de 2002, a PNAD sofreu novamente alterações na sua metodologia, mas, para os níveis de agregação usados nesta pesquisa, estas alterações não prejudicam as comparações entre 1992 e 2002. Ainda assim, para confrontar os rendimentos do trabalho entre esses dois anos, é importante fazer algumas considerações preliminares sobre o desempenho da atividade econômica no período.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o valor particularmente baixo do PIB em 1992. De fato, os primeiros anos da década configuraram um período recessivo no Brasil. Comparado com 1989, o PIB, em 1992, foi 3,9% menor. A recessão terminou e, no ano de 1993, o PIB apresentou um acréscimo de 4,9%, chegando essa variação a 5,8%, em 1995, para depois apresentar desaceleração até atingir um crescimento de apenas 0,8%, em 1999, quando passa a oscilar, alternando intenso crescimento, em 2000, e resultados bem mais modestos, em 2001 e 2002 (Gráfico 1). Assim, a comparação de 2002 com 1992 superestima a tendência de crescimento da economia brasileira na década.

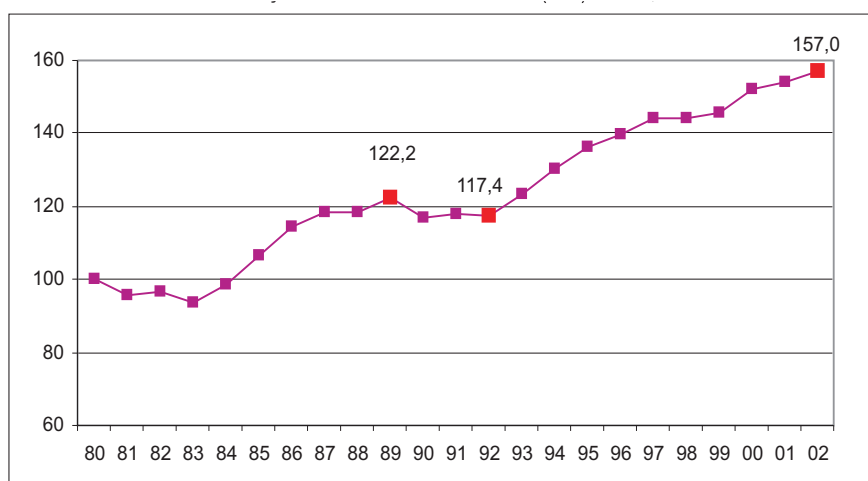
Dessa forma, o PIB de 2002 superou em 33,7% o de 1992, o que em dez anos significou um crescimento de 2,9% ao ano. Considerando que o crescimento da população brasileira é de 1,4% ao ano, o aumento anual da renda *per capita* foi de 1,5% no período de 1992–2002. Comparando o PIB de 2002 com o de 1989, verifica-se um aumento de 28,5%, o que em 13 anos significou um crescimento de 1,9% ao ano, ampliando-se o PIB *per capita* em apenas 0,5% ao ano. Este foi o verdadeiro aumento da renda *per capita* na década de 1990.

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006 41*

A diferença de intensidade do aumento da renda *per capita* entre os períodos de 1989–2002 e 1992–2002 sinaliza a superestimação do crescimento do PIB na década de 1990, ao se comparar 2002 com 1992.<sup>4</sup> Assim, as comparações de rendimento entre 1992 e 2002, com base na PNAD, vão refletir o baixo nível de renda de 1992 e exagerar a verdadeira magnitude da evolução do rendimento do trabalho na década de 1990. A renda *per capita* do país, nesta década, aumentou menos que a média mundial e hoje equivale a menos de 1/5 da renda *per capita* dos países desenvolvidos.

**Gráfico 1:**  
**Evolução do Produto Interno Bruto (PIB), Brasil, vários anos**



Fonte: Indicadores IESP, FUNDAE.

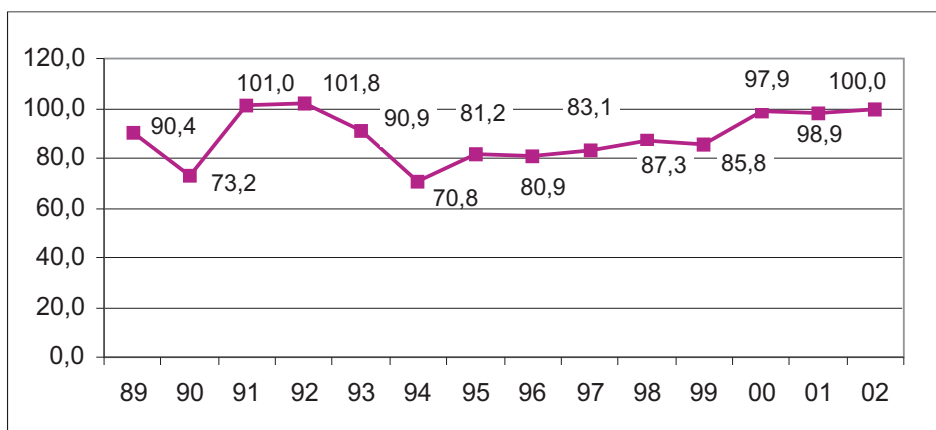
A segunda consideração diz respeito à evolução do salário mínimo. Os dados de rendimentos do trabalho foram colocados em valores reais do salário mínimo de 2002.<sup>5</sup> Assim, os rendimentos de 1992 são expressados por comparação não com o salário mínimo de 1992, mas por comparação com o valor do salário mínimo de 2002, em 1992. É importante, então, ter presente a evolução do salário mínimo na década.

Conforme o Gráfico 2, o valor do salário mínimo também apresentou oscilações nos anos 1990. Mas, ao contrário do PIB, o valor do salário mínimo estava relativamente alto em 1992, caiu nos dois anos seguintes e recuperou-se posteriormente. Assim, em 2002, o valor do salário mínimo era pouco menor que o de 1992. Deve-se ponderar, entretanto, que os efeitos do salário mínimo legal sobre as remunerações



nerações que de fato os trabalhadores recebem não são lineares, e uma recuperação brusca no valor do salário mínimo, como a que aconteceu em 1991–1992, sob condições de atividade econômica muito baixa, provocou menor impacto nas remunerações dos trabalhadores do que a lenta recuperação que ocorreu depois de 1994, com a atividade econômica não tão baixa como a de início da década de 1990.<sup>6</sup> O salário mínimo relativamente alto em 1991–1992, num ano de baixa atividade econômica e fraco desempenho do mercado de trabalho, pode ter significado mais um aumento do padrão de referência do que uma elevação efetiva do nível das remunerações. Sabe-se que as remunerações do trabalho não acompanharam a variação do salário mínimo em 1991–1992. Entre 1992 e 1997, as menores remunerações elevaram-se em comparação com o salário mínimo (que perdeu valor entre 1992 e 1994, recuperando-se apenas parcialmente, entre 1994 e 1997). Essas ocupações de menor remuneração passaram a oferecer oportunidades de trabalho um pouco melhor remuneradas, embora sempre baixas (BALTAR, 2005).<sup>7</sup>

**Gráfico 2: Evolução do salário mínimo, (2002=100)**



Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br).

Dessa forma, o fato de o poder de compra do salário mínimo de setembro de 2002 ser semelhante ao do salário mínimo de setembro de 1992 faz crer que a medição das remunerações em termos de salário mínimo/hora proporciona um padrão de referência adequado para comparar as remunerações do trabalho nos dois anos mencionados. Contudo, uma parcela do aumento das remunerações do trabalho, em relação ao aumento do salário mínimo legal, pode ser atribuída ao comportamento do salário mínimo, mesmo que seu poder de compra seja análogo nos dois momentos comparados. A alteração no significado do salário mínimo em termos de referência para as remunerações do trabalho, do mesmo modo que a maior atividade da economia em 2002, contribuiu para subestimar o verdadeiro aumento da remuneração do trabalho da década de 1990.

## Análise global dos rendimentos

Na Tabela 2, é apresentada uma série de indicadores descritivos de posição, dispersão e desigualdade, referentes aos rendimentos dos trabalhadores nos anos 1992 e 2002. Iniciando a análise pelos indicadores de posição, observa-se que o valor da mediana aumentou muito pouco em 10 anos, uma variação de apenas 5,1% (deve-se lembrar que o PIB *per capita* aumentou 1,5% ao ano, ou 16,1%, no mesmo período).<sup>8</sup> Já a média aritmética teve um aumento de 14,3%, variação muito próxima à verificada com o PIB *per capita*, refletindo, porém, o aumento da frequência de altos rendimentos que, como veremos posteriormente, provêm da ampliação do número de empregadores. O primeiro quartil teve um aumento bastante expressivo, maior do que o verificado para a média e para o PIB *per capita*, refletindo a relativa estruturação, entre 1992 e 2002, de algumas ocupações tradicionalmente mal remuneradas (caso, por exemplo, do emprego doméstico). Quanto aos indicadores de dispersão, o desvio padrão revela-se maior em 2002 do que em 1992, e sua variação foi maior do que a da média, ampliando o coeficiente de variação. Esse aumento de dispersão, entretanto, reflete basicamente os níveis atipicamente baixos da média e do desvio padrão em 1992, provocado pelo baixo nível de atividade da economia e brusca recuperação do salário mínimo. A desigualdade medida pelo índice de Gini pouco se alterou.<sup>9</sup>

**Tabela 2**  
**Indicadores de posição, dispersão e desigualdade dos rendimentos**  
**Regiões metropolitanas – 1992–2002**

Indicadores	1992	2002	Variação %
1º Quartil	1,14	1,38	21,1
Mediana	2,14	2,25	5,1
3º Quartil	4,29	4,41	2,8
Média	3,85	4,40	14,3
Desvio Padrão	5,91	7,03	19,0
Coef. Variação	1,535	1,598	-
Gini	0,54	0,55	-

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Para entender melhor o comportamento dos rendimentos do trabalho, é necessário examinar previamente as alterações na estrutura de posições na ocupação, decorrentes do fraco desempenho do mercado de trabalho nos anos 1990, pois um dos efeitos diferenciadores da renda proveniente do trabalho pode ser atribuído à posição na ocupação do trabalhador. A posição na ocupação expressa diferenças na natureza da determinação da renda. De um lado, têm-se os salários recebidos pelos empregados de estabelecimentos, tenham ou não formalizado o contrato de traba-



lho e, de outro, a renda de negócios proveniente dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores que produzem e vendem bens ou prestam serviços, mas não vendem a força de trabalho. Os salários recebidos pelos empregados no serviço doméstico, numa definição mais ampla, podem fazer parte do grupo dos empregados se são considerados também os contratos envolvendo trabalhadores e famílias e não somente os de trabalhadores com os estabelecimentos.

As mudanças na economia repercutiram no mercado de trabalho. Entre 1992 e 2002, destaca-se o expressivo aumento do emprego não-formal, bem como os crescimentos não desprezíveis do emprego doméstico, por conta própria e, também, de empregadores (ainda que o peso desta última categoria na ocupação total seja reduzido, 4,5%, em 2002). Essas mudanças na composição por posição na ocupação revelam a ampliação da informalização do trabalho. O aumento dos empregadores reflete o surgimento de pequenas empresas que, por sua vez, têm contribuído para elevar a proporção de empregados sem carteira de trabalho (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Mudanças na estrutura ocupacional.**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Posição na Ocupação	1992	2002	Taxa Crescimento
Emprego formal	56,8	49,3	0,9
Emprego não-formal	12,8	17,4	5,5
Emprego doméstico	8,0	8,7	3,3
Conta própria	18,4	20,1	3,2
Empregador	4,0	4,5	3,5
Total	100,0	100,0	2,3

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Os rendimentos médios das pessoas ocupadas apresentaram maiores aumentos nas categorias ocupacionais que mais cresceram na década. Assim, destaca-se o expressivo aumento dos rendimentos médios no emprego não-formal e no emprego doméstico, bem como os dos empregadores. É importante observar, entretanto, que o aumento do rendimento médio dos ocupados deve-se, fundamentalmente, ao expressivo aumento dos rendimentos dos empregadores que, em 1992, ganhavam em média 9,4 salários mínimos, sendo que, em 2002, essa média ampliou-se para 12,0 salários mínimos. A variação positiva dos rendimentos médios dos assalariados sem vínculo de trabalho e dos trabalhadores domésticos contribuiu muito pouco para elevar a média de rendimentos dos ocupados pois, apesar de apresentarem crescimento significativo, os rendimentos auferidos por estes trabalhadores são muito baixos (Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Média dos rendimentos por posição na ocupação**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Posição na Ocupação	1992	2002	Variação %
Emprego formal	4,4	4,9	10,4
Emprego não-formal	2,1	3,0	43,8
Emprego doméstico	1,1	1,6	45,9
Conta própria	3,3	3,9	19,5
Empregador	9,4	12,0	27,2
Total	3,9	4,4	14,3

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

O emprego doméstico cresceu muito na década de 1990, revertendo tendência anterior de redução deste tipo de emprego na ocupação total que se vinha observando desde 1940 e, inclusive, no fraco mercado de trabalho dos anos 1980. Como é amplamente sabido, o emprego doméstico constituía uma porta de entrada de mulheres para o mercado de trabalho, de forma análoga à ocupação de servente na construção civil, no caso dos homens. Eram ocupações transitórias e muito mal remuneradas, principalmente, de jovens que posteriormente migravam para outras ocupações melhor remuneradas. Ainda que o serviço doméstico continue sendo o primeiro emprego de muitas jovens, aumentou o peso dos trabalhadores adultos, e essa ocupação vem-se estruturando, ampliando-se a proporção destas ocupações que têm carteira de trabalho e com uma sensível melhora das remunerações, independentemente da carteira de trabalho (MELO, 1999 e 2000). Com o aumento do peso dos trabalhadores adultos nessas ocupações mal remuneradas, decorrentes da falta de alternativa devido ao estreitamento do mercado de trabalho, essas ocupações passaram a integrar plenamente o mercado de trabalho, deixando de ser apenas o primeiro emprego de jovens pior preparados. Essa relativa estruturação de ocupações mal remuneradas significou a diminuição da proporção de empregados que ganhavam menos que o salário mínimo e o aumento da fração dos que ganhavam pouco mais do que o salário mínimo.

Assim, o crescimento do emprego doméstico remunerado nos anos 1990 faz parte dessa ampliação de ocupações de baixa remuneração que passaram a oferecer oportunidades de trabalho com remunerações um pouco melhores (ainda que sempre mal remuneradas). No caso do emprego doméstico, em particular, esse crescimento está duplamente relacionado com o aumento da participação da mulher na atividade econômica. De um lado, nas famílias de nível de renda intermediária, aquém da chamada classe média alta, as mulheres, principalmente as cônjuges, passaram a ter trabalho remunerado. De outro lado, as famílias dessas mulheres passaram a contratar empregada doméstica.



## Rendimentos conforme o sexo

A distribuição dos ocupados por faixas de salário mínimo, controlada a jornada de trabalho, mostra decréscimos nas proporções de ocupados, de ambos os sexos, auferindo rendimentos inferiores ao salário mínimo, reforçando nossa colocação anterior sobre o movimento de estruturação de algumas ocupações de baixa remuneração. Essa estruturação não necessariamente significa ter carteira de trabalho, porém, mais precisamente, rendimentos mais próximos (ou pouco acima) do salário mínimo (Tabela 5). O decréscimo na proporção de mulheres que ganhavam abaixo do salário mínimo foi mais acentuado que o verificado para os homens, mas, ainda assim, uma proporção bem maior de mulheres (14,2% contra 9,7%, em 2002) ganha menos do que o salário mínimo. A segunda faixa de rendimentos que tem um amplo campo de variação (de 1 a 3 salários mínimos) inclui a base da pirâmide de rendimentos e contém quase metade dos trabalhadores. No caso das mulheres, essa faixa de rendimento abrange mais da metade das ocupadas. Outra constatação é o aumento maior da proporção de mulheres com altas remunerações, o que contribui para uma elevação mais acentuada da média no caso feminino.

**Tabela 5**  
**Distribuição dos ocupados por faixas de salário mínimo,**  
**segundo o sexo**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Salários Mínimos	Homens		Mulheres	
	1992	2002	1992	2002
Menos de 1	13,5	9,7	22,0	14,2
1 a 3	45,5	48,6	47,8	52,3
3 a 5	18,4	17,8	13,7	13,6
5 a 10	13,8	13,3	11,2	12,0
10 e mais	8,8	10,5	5,4	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

De fato, observa-se na Tabela 6 a grande variação no valor médio dos rendimentos femininos (22%), conseqüência do aumento na freqüência das remunerações mais elevadas. Contudo, houve na década uma variação positiva considerável do primeiro quartil e da mediana dos rendimentos femininos, indicando ter havido um aumento bastante generalizado dos rendimentos femininos. No caso masculino, somente o primeiro quartil apresentou um crescimento mais expressivo, reflexo da mencionada estruturação das ocupações pior remuneradas.<sup>10</sup> As diferenças homem/mulher mostram uma queda significativa da superioridade dos rendimentos masculinos em comparação aos femininos. Assim, o valor mediano dos rendimentos masculinos que superava em 37% os femininos, em 1992, reduz-se para 20%, em 2002.

## GÊNERO

Uma constatação interessante é que, em 2002, os rendimentos masculinos, qualquer que seja o quartil utilizado, superam em proporção semelhante os rendimentos femininos (em torno de 20%), sinalizando uma tendência à homogeneização das diferenças em todos os níveis de remuneração. A dispersão dos rendimentos femininos, entretanto, aumentou mais que a dispersão dos rendimentos masculinos, provocando uma redução nas diferenças de dispersão de rendimentos entre sexos.<sup>11</sup> O maior aumento na dispersão dos rendimentos femininos expressa uma maior diversificação da inserção feminina na atividade econômica, ainda que, como já mencionado, as mulheres continuem concentradas em um número bem mais reduzido de ocupações que os homens.

**Tabela 6**  
**Nível, dispersão e desigualdade dos rendimentos do trabalho e diferenças entre homens e mulheres**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Indicadores	Variação 1992-2002 (%)		Homem/Mulher	
	Homens	Mulheres	1992	2002
1º Quartil	17,8	19,8	1,217	1,197
Mediana	5,1	20,3	1,372	1,198
3º Quartil	4,9	11,9	1,278	1,198
Média	11,9	22,0	1,374	1,259
Desvio padrão	18,4	28,5	1,510	1,392

Fonte: PNADs 1992 e 2002

Uma forma de avaliar a contribuição de uma variável categorizada (posição na ocupação, sexo, escolaridade) para a dispersão global de uma variável quantitativa (rendimentos, neste caso) consiste no cálculo das variância entre os grupos definidos pela variável categorizada.<sup>12</sup> Se a variância entre os grupos for grande em relação à variância total significa que esta variável categorizada tem um peso grande na variação total da variável quantitativa (rendimentos, neste caso).

A Tabela 7 descreve a contribuição das variáveis categorizadas (sexo, posição na ocupação e escolaridade) à variabilidade total dos rendimentos em três situações diferentes: a primeira, levando em consideração as diferenças por sexo; em seguida, as diferenças de posição na ocupação em cada sexo; finalmente, as diferenças de níveis de escolaridade dentro de cada posição na ocupação e para cada sexo. A segunda situação leva em consideração, primeiramente, as diferenças por posição na ocupação, em seguida, as de escolaridade dentro de cada posição na ocupação e, por último, incorpora as diferenças por sexo. A última situação começa avaliando as diferenças entre níveis de escolaridade, depois, entre posições na ocupação dentro de cada nível de escolaridade e, por último, as diferenças de sexo dentro de cada posição na ocupação que, por sua vez, faz parte de cada nível de escolaridade.

**48** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006*

**Tabela 7**  
**Decomposição da variância dos rendimentos dos ocupados segundo**  
**posição na ocupação (PO), a escolaridade (ESC) e o sexo**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

	1992	2002
Diferenças por sexo	9,6	6,8
Diferenças por sexo e PO	27,2	27,8
Diferenças por sexo, PO e ESC	53,0	54,5
Diferenças por PO	26,6	27,5
Diferenças por PO e ESC	50,2	52,9
Diferenças por PO, ESC e Sexo	53,0	54,5
Diferenças por ESC	47,1	48,6
Diferenças por ESC e PO	50,2	52,9
Diferenças por ESC, PO e Sexo	53,0	54,5

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Na mesma Tabela 7, pode-se verificar que, no caso da primeira decomposição, a simples diferença de rendimento médio por sexo tinha, em 1992, um peso reduzido de 9,6% na dispersão total de rendimentos, caindo para 6,8% em 2002. Acrescentando para cada sexo as diferenças de rendimento médio por posição na ocupação, eleva-se para 27,2%, em 1992, e 27,8%, em 2002, o peso conjunto destas variáveis na dispersão global dos rendimentos. Finalmente, a incorporação das diferenças de rendimentos por escolaridade, em cada posição na ocupação e em cada um dos sexos, eleva o peso dessas diferenças na dispersão global de rendimentos para 53,0% e 54,5%, respectivamente. Nas outras duas decomposições, observa-se que as contribuições das diferentes variáveis na dispersão global dos rendimentos se modificam conforme a ordem de entrada das variáveis na decomposição da variância. Fica bastante evidente a alta contribuição das diferenças de escolaridade na variabilidade total dos salários, quando esta variável é a primeira a ser considerada na decomposição da variância (47,1% da dispersão global dos salários, em 1992, e 48,6%, em 2002). Pode-se argumentar que as diferenças de escolaridade ressaltam as diferenças de posição na ocupação e suavizam as diferenças por sexo. As diferenças de rendimento por sexo são suavizadas pelo fato de que as mulheres que apresentam menores rendimentos que os homens têm, ao mesmo tempo, um maior peso da alta escolaridade. Por esse motivo, as diferenças de rendimento médio entre os sexos são bem menores que as diferenças para cada nível de escolaridade. No caso das posições na ocupação, as de menor rendimento (serviço doméstico e empregados sem carteira) têm também os menores níveis de escolaridade, de modo que as diferenças de rendimento por posição na ocupação são maiores na média global do que para cada nível de escolaridade. Deve-se destacar também que ainda que as diferenças por sexo, posição na ocupação e escolaridade consigam expressar pouco mais da metade das diferenças de rendimentos ficam ainda sem descrever as

## GÊNERO

diferenças de rendimentos associadas à diversidade de regiões, setores de atividade, tamanho de empresa, entre outros fatores importantes que provocam diferenças de remuneração entre os trabalhadores.

### Escolaridade dos ocupados e diferenças de rendimento

As diferenças de escolaridade, como já mencionado, participam com uma parcela importante das diferenças de rendimento entre os trabalhadores, além de ressaltar as diferenças por posição na ocupação e suavizar as diferenças por sexo. É importante, então, examinar o comportamento dos rendimentos conforme os diferentes níveis de escolaridade. Entre 1992 e 2002, como atesta a Tabela 8, houve uma melhora generalizada da escolaridade das pessoas ocupadas que, entretanto, só se manifestou em melhora dos rendimentos para aqueles ocupados com curso superior completo (ou mais de 15 anos de estudo), bem como, menos expressivamente, para a parcela de trabalhadores com nível de escolaridade muito baixo (menos de 8 anos de estudo). Neste último caso, como já mencionado, a melhora dos rendimentos deve-se à estruturação de ocupações de baixa remuneração.<sup>13</sup> Nos níveis intermediários de escolaridade, houve uma queda bastante grande dos rendimentos médios dos ocupados entre os anos contemplados.

**Tabela 8**  
**Distribuição das pessoas ocupadas e médias dos rendimentos em salários mínimos, por anos de estudo**  
**Regiões metropolitanas, 1992**

Anos de estudo	1992		2002		Variação % Rendimentos
	Pessoas	Rendimentos	Pessoas	Rendimentos	
Menos de 8	48,2	2,07	32,1	2,10	1,4
8 a 10	18,7	2,89	19,6	2,59	-10,4
11 a 14	21,6	4,85	33,6	4,17	-14,0
15 e mais	11,5	10,97	14,7	12,36	12,7
Total	100,0	3,85	100,0	4,40	14,3

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Assim, a melhora da escolaridade não se concretizou em melhora de rendimentos para os ocupados nos níveis intermediários de escolaridade. Muito pelo contrário, para estes trabalhadores com primeiro e segundo grau houve uma redução de rendimentos, entre 1992 e 2002, com redução maior para os que têm o segundo grau completo (11 a 14 anos de estudo), ocorrendo, desta maneira, um nivelamento dos rendimentos por baixo, ao mesmo tempo que o rendimento médio do nível superior tornou-se ainda maior, comparativamente aos rendimentos médios de todos os demais níveis de escolaridade. Assim, o comportamento das remunerações do trabalho na década de 1990 contribuiu para tornar ainda mais acentuada a

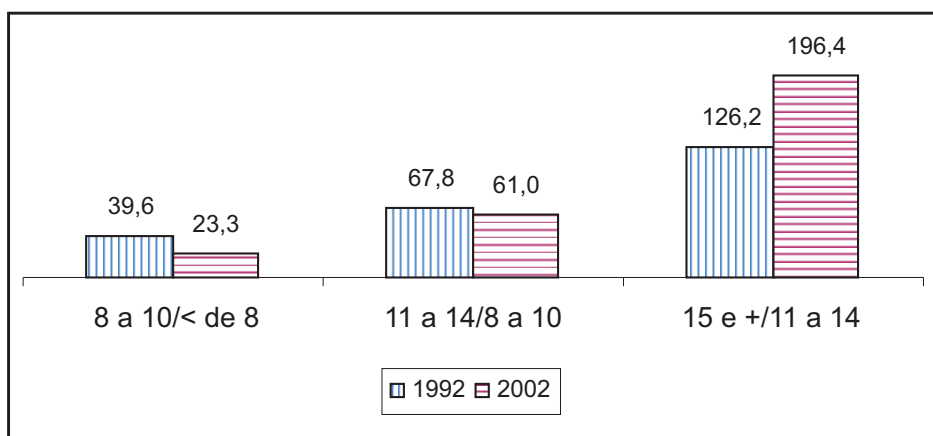
**50** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006*



**GÊNERO**

característica da distribuição de renda do país que é a enorme diferença de rendimento médio entre os ocupados com curso superior completo e todos os demais trabalhadores. Essa diferença do rendimento médio dos trabalhadores com nível superior de escolaridade com relação aos que têm nível médio de instrução era 126%, em 1992, e passou para quase o triplo, em 2002. Dessa forma, a distinção fundamental em termos de diferenciação de rendimentos continua sendo o fato de ter (ou não) o curso superior completo (ver Gráfico 3).

**Gráfico 3**  
**Variação (%) do rendimento médio entre níveis de escolaridade**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**



Fonte: PNADs 1992 e 2002.

A enorme diferença de rendimentos entre os ocupados com curso superior e os demais ocupados (em todos os outros níveis de escolaridade) acontece apesar do maior peso da mulher entre os trabalhadores com curso superior, sendo que a maior diferença de rendimento por sexo (em favor dos homens) verifica-se exatamente neste elevado grau de instrução. Ainda que a proporção de mulheres ocupadas tenha-se ampliado em todos os níveis de escolaridade, o maior aumento desta proporção ocorreu entre os trabalhadores com nível superior. Assim, entre os ocupados com mais de 15 anos de estudo, o peso da mulher chegou a superar os 50%, ou seja, passou a ter mais mulher do que homem com nível superior (Tabela 9).

**Tabela 9**  
**Proporção de mulheres por anos de estudo**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Anos de estudo	1992	2002
Menos de 8	34,9	36,6
8 a 10	36,5	37,4
11 a 14	43,1	45,6
15 e mais	46,7	51,0
Total	38,3	41,9

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

O maior aumento das proporções de mulheres ocupadas com nível de escolaridade médio e superior correspondeu também a uma maior ampliação do emprego assalariado, com e sem carteira de trabalho, bem como do número de empregadoras. De fato, observa-se na Tabela 10 que o emprego assalariado de mulheres (formal e não-formal) aumentou quase 5 pontos percentuais. As empregadoras que tinham um peso relativamente baixo ampliaram para quase 30% sua participação em 2002. Assim, a proliferação de pequenos estabelecimentos atingiu também a ocupação feminina. Não obstante, o peso das mulheres entre os empregadores continua relativamente pequeno. Ainda assim, mantém-se muito elevado o peso do serviço doméstico remunerado na ocupação feminina. Nas demais posições na ocupação o peso das mulheres continua sendo menor que o observado para o total de ocupados (Tabela 10).

**Tabela 10**  
**Proporção de mulheres por posição na ocupação**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Posição na Ocupação	1992	2002
Emprego formal	35,7	40,1
Emprego não-formal	30,1	34,6
Emprego doméstico	92,5	92,2
Conta própria	32,4	33,6
Empregador	21,7	28,7
Total	38,3	41,9

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

As diferenças de rendimento entre homens e mulheres, controlada a posição na ocupação e os anos de estudo, ainda que continuem expressivas, diminuíram entre 1992 e 2002. Em geral, as maiores diferenças de rendimentos entre homens e mulheres ocorrem no nível superior de escolaridade, revelando a existência de ocu-



pações masculinas, com exigência de curso superior, bem melhor remuneradas que as ocupações femininas, também com exigência de curso superior. Contudo, foi principalmente nesta categoria educacional, de nível superior completo, que houve maior redução das diferenças de rendimentos (Tabela 11). Assim, se de um lado os homens com curso superior conseguem remunerações mais elevadas que as mulheres, essas diferenças tenderam a diminuir. Por outro lado, chama a atenção que entre os trabalhadores por conta própria e empregadores com primeiro e segundo grau as relações entre rendimentos masculinos e femininos aumentaram entre os anos considerados.<sup>14</sup> Isto quer dizer que, entre os trabalhadores por conta própria e empregadores sem nível superior completo, somente os homens conseguiram elevar suas remunerações.

**Tabela 11**  
**Relação entre rendimentos de homens e mulheres**  
**por anos de estudo**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Anos de estudo	Formal		Não-formal		Conta própria		Empregador	
	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002
Menos de 8	1,41	1,37	1,15	1,10	1,32	1,45	1,30	1,73
8 a 10	1,36	1,32	1,18	1,19	1,22	1,56	1,07	1,14
11 a 14	1,41	1,32	1,40	1,33	1,44	1,44	1,05	1,42
15 e +	1,74	1,48	1,52	1,36	1,38	1,32	1,35	1,30

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Assim, nas categorias ocupacionais de conta própria e empregador as principais diferenças de rendimento por sexo deixaram de ser no nível superior de escolaridade. A consolidação da mulher no mercado de trabalho é acompanhada da redução das diferenças de rendimento por sexo, controlados o grau de escolaridade e a posição na ocupação. A única situação em que isto não se verifica é entre os empregadores e trabalhadores por conta própria com grau de instrução inferior ao superior, na qual as diferenças de rendimento em favor dos homens ampliaram-se consideravelmente. Os negócios por conta própria, com e sem empregados, ofereceram melhores oportunidades de rendimentos aos homens sem nível superior de instrução do que às mulheres com este grau de escolaridade.

Para finalizar, a Tabela 12 mostra a variação de rendimento médio no período 1992 – 2002 por sexo, posição na ocupação e grau de escolaridade. Aumentos substanciais de rendimento médio aconteceram para ambos os sexos, em todas as posições na ocupação, para os trabalhadores com nível superior completo (com exceção do emprego formal masculino em que o aumento do rendimento médio foi pequeno), para os empregadores do sexo masculino com nível médio de escolaridade e para empregados sem carteira de ambos os sexos que não completaram o

## GÊNERO

primeiro grau (além dos trabalhadores no serviço doméstico remunerado que não constam na tabela). Quedas substanciais de rendimento médio ocorreram no emprego formal para ocupados de ambos os sexos com primeiro e segundo grau completos, empregadores de ambos os sexos sem o primeiro grau completo e trabalhadores por conta própria do sexo feminino com primeiro grau completo.

**Tabela 12**  
**Variação do rendimento médio por anos de estudo,**  
**posição na ocupação e sexo**  
**Regiões metropolitanas – 1992 e 2002**

Posição na Ocupação	Anos de Estudo							
	Menos de 8		8 a 10		11 a 14		15 e mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Emprego formal	-5,4	-2,7	-12,2	-9,5	-18,7	-13,3	2,6	21,0
Emp. não-formal	23,4	28,6	-0,5	-0,6	-2,2	3,0	21,5	36,1
Empregador	-12,2	-33,9	-2,4	-8,5	30,5	-3,7	38,8	44,7
Conta própria	6,2	-3,5	0,9	-21,5	-6,0	-6,3	22,9	29,1

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Em síntese, observam-se dois movimentos contrapostos nas diferenças de rendimentos que envolvem os trabalhadores de ambos os sexos: o aumento da distância entre os rendimentos dos ocupados com nível superior de escolaridade em relação aos demais trabalhadores e um aumento da remuneração dos trabalhadores pior remunerados (os empregados sem carteira de trabalho e os trabalhadores do serviço doméstico). Nesses dois movimentos, os aumentos de rendimento médio das mulheres foram maiores que os dos homens. Simultaneamente, a dispersão dos rendimentos femininos também aumentou mais que a dispersão dos rendimentos masculinos.

## Conclusões

Este artigo procurou fazer uma análise, a partir da ótica de gênero, da diversidade de rendimentos do trabalho, examinando a contribuição das diferenças de escolaridade, sexo e posição na ocupação nessa desigualdade. Partiu da constatação da continuidade da consolidação da participação da mulher na atividade econômica num mercado de trabalho desfavorável ao trabalhador e alertou para o cuidado na comparação de remunerações entre 1992 e 2002, devido ao valor muito baixo da renda, bem como ao valor relativamente alto do salário mínimo, em 1992.

Na análise da disparidade dos rendimentos, constatou-se que, ainda que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres tenham diminuído, estas continuam grandes. Essas diferenças fazem parte de um contexto de diferenciação de



## GÊNERO

remunerações enorme em que se ressaltam as diferenças de escolaridade, destacando-se os altos rendimentos do nível superior de escolaridade que, entre 1992 e 2002, aumentaram ainda mais suas diferenças em relação aos outros níveis de escolaridade.

As diferenças entre homens e mulheres são maiores exatamente no nível superior de escolaridade, na qual as mulheres têm maior participação. Aparentemente, existem muitas ocupações de nível superior para mulheres, mas essas ocupações não têm remuneração tão alta como algumas ocupações de nível superior para homens. Essas diferenças de rendimento em ocupações que exigem nível superior diminuíram, mas ainda assim continuam elevadas. O peso das mulheres nessas ocupações que exigem nível superior de escolaridade também aumentou.

Outro acontecimento importante, da década de 1990, foi o aumento da idade das pessoas ocupadas e a relativa estruturação dos empregos mal remunerados do serviço doméstico e dos pequenos estabelecimentos que não costumam assinar a carteira de trabalho de seus empregados. Nesses empregos mal remunerados, que por falta de alternativa deixaram de ser simples portas de entrada para o mercado de trabalho metropolitano e passaram a manter os empregados adultos, aumentou a freqüência relativa de remunerações mais próximas ou mesmo ligeiramente superiores ao salário mínimo, contribuindo para reduzir a proporção de homens e, principalmente, de mulheres que ganham menos que o salário mínimo, ampliando a parcela dos que ganham de 1 a 3 salários mínimos.

Em conseqüência deste maior efeito, sobre as mulheres, da relativa estruturação dos empregos pior remunerados a qual elevou ligeiramente seus baixos rendimentos, aliado ao aumento do peso das mulheres nas ocupações que exigem escolaridade de nível superior e do encurtamento da enorme distância que separa os rendimentos de homens e mulheres neste tipo de ocupação, houve uma relativa aproximação, na década de 1990, dos perfis das distribuições de homens e mulheres ocupados por faixas de salário mínimo. Não obstante, as diferenças ainda são expressivas, ressaltando a maior freqüência de mulheres que ganhavam menos de 3 salários mínimos passando de 69,8%, em 1992, para 66,5%, em 2002, quando, no mesmo período, a proporção de homens que ganhavam menos de 3 salários mínimos passou de 59,0% para 58,3%.

Em suma, as diferenças de rendimentos por sexo, embora continuem bastante grandes, diminuíram de importância como um dos aspectos da enorme diferenciação geral dos rendimentos do trabalho no Brasil. Essa enorme diferenciação geral dos rendimentos do trabalho pouco se modificou, na década de 1990, com a continuação de um baixo valor do salário mínimo, a eliminação de empregos em grandes empresas que permitiam remunerações relativamente elevadas para homens com baixo grau de escolaridade e o aumento da distância entre os rendimentos das ocupações que exigem nível superior de escolaridade e as demais ocupações. Os rendi-



## GÊNERO

mentos do trabalho das mulheres foram menos prejudicados pela eliminação dos empregos nas grandes empresas e mais favorecidos tanto pela relativa estruturação de empregos pior remunerados quanto pelo aumento relativo das remunerações de ocupações que exigem nível superior de escolaridade.

*Abstract: This paper analyses labour income from a viewpoint of gender, according to schooling, sex and occupation status. It first discusses the consolidation of female participation in the labour market, as well as the behaviour of economic activity and the minimum wage during the 1990's. Using data from the National Household Sample Survey – PNAD –, in 1992 and 2002, the study focuses on the ten largest metropolitan regions in Brazil. One result is that gender income differences have decreased in importance, although they remain large. However, wages show enormous differentiation because of the low minimum wage, the elimination of relatively well-paid jobs for uneducated workers, and the increase of the distance between wages for jobs requiring higher degrees and those of other occupations. Female work income was less affected by this; it was favoured both by a relative structuring of ill-paid jobs and by the increase of wages for jobs with high schooling.*

*Keywords: gender; occupation; income; schooling; metropolis.*

*(Recebido e aprovado para publicação em fevereiro de 2006.)*

### Notas

<sup>1</sup> Professores do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da mesma universidade. Este artigo contou com a colaboração de Fabiola Braunger Valio, aluna de Economia e com o apoio do CNPq.

<sup>2</sup> Este trabalho foi apresentado, em uma primeira versão, no IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, organizado pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), realizado, em Recife, em outubro de 2005.

<sup>3</sup> Para o conjunto das regiões metropolitanas, a taxa de atividade das mulheres de 10 anos e mais aumentou de 43,2 para 50,2%, entre 1992 e 2002. No caso dos homens, a taxa de atividade reduziu-se de 71,3 para 70,7% no mesmo período. Na faixa etária de 15 a 64 anos, a taxa de atividade das mulheres variou de 52,0 para 60,3% e a dos homens de 85,1 para 82,9%. Apesar do aumento, a taxa de participação feminina é consideravelmente inferior à masculina. É interessante mencionar que os países escandinavos

---

**56** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006



## GÊNERO

são os únicos do mundo onde a participação feminina se aproximou mais estreitamente da participação dos homens na atividade econômica.

<sup>4</sup> Antes de 1980, o PIB crescia a 7% e a população a 3% ao ano, logo o PIB *per capita* crescia a 3,9% ao ano.

<sup>5</sup> A inflação foi medida por índice do IPEA, específico para as PNADs, e considera o salário mínimo vigente em outubro de cada ano.

<sup>6</sup> O menor valor do salário mínimo na década ocorreu em 1994, quando não se considerou devidamente a elevada inflação mensal existente na época da introdução do real.

<sup>7</sup> Isto pode ser ilustrado com o emprego doméstico remunerado, que será abordado posteriormente.

<sup>8</sup> Não esquecer que se está partindo de um nível de comparação muito baixo.

<sup>9</sup> Na verdade, a elevação dos baixos rendimentos com a estruturação de ocupações mal remuneradas e a eliminação de empregos relativamente bem remunerados nas grandes empresas, parcialmente compensada pela ampliação do número de conta própria e empregadores relativamente bem remunerados, diminuíram ligeiramente a enorme desigualdade do rendimento do trabalho na década de 1990. A comparação do coeficiente de variação dos rendimentos do trabalho em 1992 e 2002 não mostra essa evolução. A média dos rendimentos do trabalho estava muito baixa em 1992 por causa da baixa atividade da economia, que, com a liberalização das importações, afetou principalmente o emprego nas grandes empresas. A retomada da atividade da economia, depois de 1992, não refez o emprego nas grandes empresas, mas aumentou o trabalho por conta própria e de empregadores com remuneração relativamente alta, refazendo parcialmente a proporção de rendimentos relativamente elevados. Além disso, os salários em administração pública e atividades sociais estiveram muito baixos em 1992, tendo se recuperado parcialmente depois desta data. Tudo isto provocou significativo aumento do rendimento médio, o qual, numa distribuição de rendimento muito assimétrica como a brasileira, foi acompanhado de aumento ainda maior, no desvio padrão dos rendimentos, provocando aumento expressivo do coeficiente de variação.

<sup>10</sup> Aqui devemos recordar, novamente, que o ano de 1992 foi um ano de rendas muito baixas.

<sup>11</sup> A dispersão relativa à média (coeficiente de variação) aumentou tanto para homens como para mulheres. Em 2002, a dispersão dos rendimentos masculinos superava em 63,3% a média, enquanto entre os femininos essa superioridade era de 47,6%. Assim, a dispersão relativa ampliou-se em 2002. Já a desigualdade manteve-se constante na década (Gini de 0,55 para os homens e 0,53 para mulheres).

<sup>12</sup> Ou seja, calcular as diferenças ao quadrado dos rendimentos médios de cada grupo em relação à média global, ponderadas estas diferenças pelo número de indivíduos de cada grupo (ver BUSSAB; MORETTIN, 2002).

<sup>13</sup> O rendimento dos trabalhadores com menos de 8 anos de estudo aumentou expressivamente, entre 1992 e 2002, no caso de empregados sem carteira e trabalhadores do serviço doméstico remunerado (mais de 20% nos dois casos). O rendimento desses trabalhadores com pouca instrução diminuiu, no período examinado, em todas as outras posições na ocupação.

<sup>14</sup> Houve uma queda muito grande do rendimento médio das mulheres empregadoras com menos de 8 anos de estudo e por conta própria com 8 a 10 anos de estudo. Já entre os homens, o rendimento médio aumentou muito entre os empregadores com 11 a 14 anos de estudo.

## GÊNERO

### Referências

BALTAR, Paulo. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. da UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

BALTAR, Paulo. Desigualdade de rendimentos do trabalho e salário mínimo na década de 90. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 1, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BUSSAB, Wilton.; MORETTIN Pedro. *Estatística básica*. São Paulo: Saraiva, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugenia. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio/ ago. 2004.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEONE, Eugenia. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M.I.B. (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MELO, Hildete. Gênero e pobreza no Brasil. *Relatório final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe*. Brasília, DF: CEPAL SPM, 2005.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino: uma análise dos grupos ocupacionais*. [S.l.]: OIT Brasil, IPEA, 1999.

MONTALI, Lília. Trabalho e família: reestruturação produtiva e mudanças na divisão sexual do trabalho nos anos 90. Campina, SP: NEPP, Unicamp, 2000.

MONTALI, Lília. Rearranjos Familiares de inserção, precarização do mercado de trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004.

SEADE. Mulher & Trabalho: o desemprego feminino na Região Metropolitana de São Paulo. *SEADE*, São Paulo, n. 5, set. 2001.